

EXPANSÃO URBANA E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE PONTA GROSSA (PR)

URBAN EXPANSION AND SOCIO-SPATIAL INEQUALITY: AN ANALYSIS OF THE CITY OF PONTA GROSSA, STATE OF PARANÁ

Ederson Nascimento¹

Lindon Fonseca Matias²

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise da evolução da expansão urbana no município de Ponta Grossa, Paraná, analisando as principais bases histórico-geográficas desse processo, bem como suas implicações mais importantes sobre a estrutura socioespacial atual da cidade. Evidencia-se que o crescimento horizontal da cidade foi impulsionado por uma intensa especulação fundiária, viabilizada pelo poder público municipal por meio de constantes ampliações do perímetro urbano. Tal processo tem afetado os valores das localizações intraurbanas e dificultando o acesso à terra e à cidade às camadas de menor renda, contribuindo, assim, para o aprofundamento da desigualdade socioespacial e da exclusão social na cidade.

Palavras-chave: urbanização; expansão urbana; uso e ocupação da terra; desigualdade socioespacial.

_

¹ Geógrafo, doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Curso de Geografia - Licenciatura, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), /Campus /Chapecó/SC. e-mail: ederson.nascimento@uffs.edu.br

² Geógrafo, Doutor em Geografia Humana pela FFLCH/USP. Professor Adjunto Doutor no Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). e-mail: lindon@ige.unicamp.

ABSTRACT

This paper presents an analysis on the evolution of the urban expansion process in the city of Ponta Grossa, State of Paraná, examining its main historical and geographical roots, and its most important implications on the current socio-spatial structure of the city. It was found that the horizontal growth of the city was driven by intense speculation in land, made possible by the municipal government through successive expansions of the urban perimeter. This process has affected the values of intra-urban locations and raised difficulties on the land and city access for low-income population, exacerbating the situation of socio-spatial inequality and social exclusion in the city.

Keywords: urbanization; urban expansion; land use and occupation; sociospatial inequality.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A análise da expansão urbana através da incorporação de novas áreas ao espaço da cidade é muito importante para a compreensão da configuração do espaço urbano. Tal investigação fornece elementos que permitem caracterizar, entre outros aspectos, a estruturação interna e a distribuição das classes sociais na cidade, bem como o principal mecanismo de produção de novas áreas urbanas, que é a valorização fundiária. Este artigo apresenta uma análise da evolução histórico-geográfica do processo de expansão urbana no município paranaense de Ponta Grossa, enfocando principalmente o período a partir dos anos 1950. Procurou-se traçar um panorama da evolução espacial da cidade, avaliando a expansão do perímetro urbano e da área urbanizada, as modificações nos padrões de ocupação das terras parceladas e os principais impactos destes fatores sobre a estrutura socioespacial interna da cidade.

No encaminhamento metodológico empregado na pesquisa, efetuouse, além da análise de uma bibliografia específica sobre o município, a caracterização da mancha urbana em diferentes momentos, com base na interpretação de uma série histórica de fotografias aéreas e imagens de satélite. Foram realizadas também, entre os anos de 2005 e 2007, entrevistas com moradores de distintos níveis de renda e com agentes de órgãos da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – mais precisamente, da Secretaria de Ação Social, do Departamento de Urbanismo e da Companhia de Habitação de

www.geografia.ufpr.br/raega/ ISSN: 2177-2738

Ponta Grossa (Prolar) – com o objetivo de caracterizar, através dos discursos dos primeiros, as condições distintas de moradia e as condicionantes de escolha de localização para residência no espaço urbano, e, a partir da fala dos segundos, adquirir informações específicas sobre a intervenção do Estado na dinâmica de crescimento urbano, de uso e ocupação da terra e promoção de moradias de cunho popular.

O texto está dividido em duas partes. Na primeira apresenta-se uma discussão teórica sobre o processo de expansão urbana à luz das dinâmicas de valorização diferencial de localizações intraurbanas e da captação de renda por meio da conversão da terra rural em urbana. Na parte seguinte, apresenta-se a análise da evolução deste processo de expansão urbana em Ponta Grossa, primeiramente abordando aspectos históricos sobre a formação da cidade e, num momento posterior, examinando a dinâmica de crescimento horizontal e de ocupação da terra na área urbana, bem como as implicações mais importantes do referido processo sobre a atual configuração socioespacial da cidade.

SOBRE A LÓGICA DA EXPANSÃO URBANA: VALORIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DINÂMICA DE LOCALIZAÇÕES

A expansão urbana é uma das expressões mais concretas do processo de produção do espaço na sociedade contemporânea. No espaço urbano, a concentração espacial de pessoas na forma de força de trabalho e de mercado consumidor, aliada à concentração dos meios de produção, permite que as forças produtivas alcancem um elevado grau de desenvolvimento, acelerando assim a realização da mais-valia e a reprodução do capital, e ao mesmo tempo levando a uma concentração populacional ainda maior. Portanto, a urbanização reflete a dinâmica de acumulação e concentração do capital na cidade e reproduz a aglomeração ao demandar cada vez mais espaço. Mas a cidade, mais do que um local de produção e consumo de mercadorias e de habitação, é também um importante lócus da vivência humana em sua dimensão plena, e seu espaço reflete e condiciona as diversas estratégias engendradas pelos

diferentes agentes sociais na criação e apropriação da riqueza (produção e comercialização de mercadorias), da reprodução da força de trabalho e do desenrolar da vida cotidiana como um todo (educação, consumo, atividades culturais, lazer etc.).

Diante do aumento da necessidade de locais para o desenvolvimento de atividades produtivas e para a constituição de áreas habitacionais, a expansão da área urbanizada se dá em direção a terras até então utilizadas para fins agropecuários, sendo estas anexadas ao perímetro dito urbano. O crescimento da demanda por terras incentiva, portanto, a expansão urbana, mas não há uma relação direta entre a demanda e a rapidez com que novas áreas são urbanizadas, tampouco com o grau de ocupação efetiva dessas terras. A explicação está na condição particular de mercadoria assumida pela terra no espaço urbano.

A importância da terra urbana enquanto condição essencial para a realização de qualquer atividade, somada ainda às suas propriedades intrínsecas (sobretudo amenidades físicas), confere a ela o caráter de mercadoria, assumindo assim um determinado preço a ser pago pelos indivíduos desprovidos do direito de propriedade privada. Enquanto simples matéria, elemento da natureza, a terra não possui valor, pois não pode ser reproduzida pelo trabalho humano. Todavia, enquanto componente do espaço geográfico, a terra transcende a condição de mera superfície, sítio das edificações, e agrega atributos específicos que viabilizarão, em maior ou menor grau, as necessidades de produção e consumo no espaço urbano (SINGER, 1982; RIBEIRO, 1997). Em função disso, pode-se dizer que a terra urbana assume a condição de "terra mercadoria", apresentando um valor de uso, dado pela sua condição de elemento vital, não reprodutível e indispensável à atividade humana, além de um valor de troca, pois diante da demanda e da possibilidade iminente de acumulação de riqueza que a mesma representa a quem tenha sua posse, assume um preço (HARVEY, 1980).

A mercadoria terra urbana não pode ser entendida dissociada dos objetos que constituem o espaço da cidade – as condições do sistema viário, a disponibilidade de serviços públicos e, principalmente, a sua posição em

relação a outros objetos espaciais fundamentais como os centros de trabalho e consumo –, pois são esses objetos os elementos que agregam valor a ela. Nesta via de análise, a terra deve ser considerada, de acordo com Villaça (1998), a partir de um valor conferido pela sua localização no espaço da cidade, e o seu preço – remuneração a ser paga por ela no mercado – dependerá diretamente daquele valor:

[...] há dois valores a considerar no espaço urbano. O primeiro é o dos produtos em si — os edifícios, as ruas, as praças, as infraestruturas. O outro é o valor produzido pela aglomeração, dado pela localização dos edifícios, ruas e praças, pois é essa localização que os insere na aglomeração. A localização se apresenta, assim, como um valor de uso da terra — dos lotes, das ruas, das praças, das praias — o qual, no mercado, se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte. (VILLAÇA, 1998, p. 334)

A localização aparece como principal valor de um determinado fragmento do espaço urbano em virtude das vantagens que a mesma pode proporcionar na realização das atividades econômicas ou à função residencial. Para as empresas, a disponibilidade de localizações favoráveis é fundamental para usufruir das vantagens de aglomeração, como o acesso aos principais mercados consumidores, proximidade a atividades complementares e principalmente para as indústrias - condições adequadas para o transporte de mercadorias. Nestas condições, segundo Ribeiro (1997, p. 45), a cidade assume o papel de "uma força produtiva social espacial", cuja utilização "permite aumentar a produtividade do trabalho e diminuir o tempo de rotação do capital, o que se traduz em maior rentabilidade dos investimentos realizados". As empresas passam então a disputar as localizações mais vantajosas, visando, com isso, obter o "controle de certas condições da não-reprodutíveis, produção portanto, monopolizáveis, geradoras de sobrelucros de localização" (p. 45).

Por sua vez, para a função habitacional, a localização é importante ao condicionar a acessibilidade do indivíduo aos demais pontos da cidade, seja para a realização da produção enquanto força de trabalho, seja para o próprio consumo do espaço (VILLAÇA, 1998). Em certa medida, também importarão

www.geografia.ufpr.br/raega/ ISSN: 2177-2738

aspectos referentes ao padrão social do bairro, bem como a presença de amenidades físicas, que incidem sobre o poder de atratividade da área às camadas de média e alta renda.

Com efeito, o preço assumido por determinada parcela da terra urbana no mercado de terras depende das características físicas do terreno, mas principalmente de sua inserção no espaço urbano como um todo. Assim, exercerão grande peso no preço imobiliário de uma determinada área a acessibilidade aos principais locais de trabalho, a disponibilidade de serviços e equipamentos urbanos (escolas, centros de saúde, locais de lazer, shoppings etc.) e a infraestrutura disponível (saneamento básico, pavimentação e condições gerais do sistema viário, disponibilidade de transporte, entre outros). A estes somam-se ainda o potencial de construtibilidade concedido por legislações urbanas, bem como fatores ligados ao "status" do local, notadamente o padrão das edificações no entorno e a presença ou não de aspectos vistos como negativos, tais como fontes de barulho, criminalidade e prostituição. Finalmente, fatores referentes à topografia, especialmente o grau de inclinação das vertentes e o nível de umidade do terreno, podem afetar o preço da terra ao influir nas possibilidades e custos de construção.

Os proprietários fundiários assumem, assim, papel de destaque no processo geral de produção do espaço urbano e, particularmente, no crescimento da área urbana. Conforme já evidenciado por diversos autores (CLAWSON, 1970; SINGER, 1982; CORRÊA, 1986 e 1995; CAMPOS FILHO, 1989; RIBEIRO, 1997; MAUTNER, 1999, entre outros), os donos de terras situadas no entorno do tecido urbano tendem a se interessar em converter o uso rural de suas áreas para um uso urbano, na expectativa de obter maior remuneração por suas terras. Neste sentido, atuam visando a incorporação de sua gleba, ou de parte dela, ao perímetro urbano, permitindo assim obter maior valorização da mesma e maior lucratividade com o seu parcelamento e comercialização na forma de lotes. A viabilidade desta conversão rural-urbana da terra depende, entretanto, do diferencial entre a renda agropecuária que se deixa de auferir e a remuneração que se espera obter com a sua anexação à periferia urbana (SINGER, 1982).

A incorporação de novas glebas ao espaço da cidade não implica necessariamente em seu imediato loteamento e comercialização. Dado o ávido interesse dos proprietários fundiários em valorizar ao máximo suas terras, a esterilização de amplas áreas em torno da área urbana efetivamente ocupada tem sido uma característica recorrente do espaço periurbano no Brasil. É comum ocorrer uma incorporação excessiva de novas áreas ao perímetro urbano, acima inclusive da demanda considerada solvável. Outra prática especulativa corriqueira é a manutenção de glebas ociosas entre áreas loteadas no limite do perímetro urbano e o restante da aglomeração, à espera que tais terras valorizem-se devido à densificação da ocupação das áreas circunvizinhas e/ou à implementação, pelo poder público, de benfeitorias como a implantação de redes de esgoto, melhorias em vias de circulação e a criação de linhas de transporte coletivo.

A retenção pode ocorrer também depois do loteamento da gleba, quando o proprietário mantém desocupadas as quadras mais bem localizadas, em geral nas melhores vias de acesso ou nas áreas reservadas para uso comercial ou institucional. Além disso, mesmo depois de comercializados, a retenção especulativa dos lotes pode continuar a ser praticada pelos novos proprietários durante algum tempo, uma vez que o investimento em terras urbanas é visto, muitas vezes, como uma forma de poupança segura e potencialmente rentável (CAMPOS FILHO, 1989).

Portanto, a apropriação de externalidades produzidas pelo trabalho social é condição fundamental para a valorização das terras, não só nas áreas periféricas, mas em todo o espaço urbano. Assim, um dos principais meios de promover a valorização de áreas em especulação é influenciar a distribuição de investimentos, especialmente os do poder público municipal. A delimitação do perímetro urbano é outro fator que interessa aos proprietários de terras periféricas e que tem exercido um grande peso na expansão horizontal de muitas cidades no Brasil. Em maior ou menor grau, os contornos irregulares deste limite refletem as sinuosidades das ações políticas de donos de terras, interessados em incorporá-las à área urbana definida em lei, já que esta inclusão viabiliza a aprovação de projetos de loteamento.

A utilização da terra pelo proprietário irá variar de acordo com as características da gleba. Como afirma Corrêa (1995, p. 18), os donos de terrenos com boa localização, valorizadas por amenidades físicas, "agem pressionando o Estado visando à instalação da infra-estrutura urbana". Essas áreas da periferia de amenidades "são destinadas à população de status". De outra parte, para os detentores de terras mal localizadas, em áreas periféricas sem amenidades, em geral a alternativa economicamente viável é a construção de loteamentos populares, com o menor gasto possível na dotação de infraestrutura. Os lotes são comercializados e as carências em infraestrutura seguem para serem dirimidas pela própria população moradora, que passa a pressionar o Estado para que este promova a implantação da infraestrutura necessária (MAUTNER, 1999).

A partir das considerações apresentadas, fica claro que a expansão urbana reflete muito mais do que a simples demanda social por novas áreas urbanizadas. Expressa também, e sobretudo, a concretização, no espaço, da busca pelo lucro através da apropriação monopolista da terra, onde esta, indispensável à vida e às atividades urbanas, se valoriza a partir de sua escassez, uma falsa escassez gerada pelas regras de valorização capitalista que se fundamenta na propriedade privada. Evidentemente, a expansão urbana assim conduzida influencia diretamente a organização do restante do espaço urbano, bem como a distribuição espacial dos segmentos sociais na cidade. Em primeiro lugar, a incorporação de novas terras à área urbanizada, bem como a própria ampliação do perímetro urbano, alteram o valor não só das áreas recém incorporadas mas também das áreas que tinham localização periférica segundo o perímetro urbano anterior.

O crescimento urbano "desordenado", impulsionado pela especulação fundiária, é também socialmente injusto, uma vez que afeta os preços dos imóveis, onerando a dotação, pelo poder público, de infraestrutura nas áreas mais longínquas, contribuindo para o acirramento da segregação socioespacial e da "periferização" de segmentos sociais empobrecidos. Como afirmam Moura e Ultramari (1996, p. 26), essa dinâmica especulativa "eleva consideravelmente o valor do solo urbano, e de maneira artificial. Cria uma demanda irreal que

dificulta a satisfação da demanda verdadeira daqueles que, efetivamente, buscam comprar um imóvel". Com isso, uma parcela crescente da população acaba tendo restringido o acesso a este bem via mecanismos de mercado. Resta a esses grupos a aquisição de áreas mal localizadas, por vezes desprovidas de condições adequadas de habitabilidade e desprivilegiadas quanto à acessibilidade aos principais centros de trabalho e consumo. Àquelas camadas da população que sequer têm esta possibilidade, a "invasão" de áreas desocupadas e insalubres termina por ser a única alternativa viável.

Em que pesem os interesses econômicos que permeiam a expansão desmesurada da área urbana, é importante ter em conta que, em nome da cidadania, a cidade não pode crescer só em tamanho, mas também deve ser ampliado, na mesma proporção, o acesso aos elementos necessários a uma qualidade de vida satisfatória à sua população. Dentre tais elementos, sem dúvida, o acesso à terra urbana em condições locacionais adequadas é um dos mais importantes.

O Estado, em especial o poder público municipal, dispõe atualmente de instrumentos jurídicos para o combate à especulação com vistas à realização de uma gestão do uso do espaço urbano socialmente mais justa. Em nível federal, a Constituição de 1988, em seu capítulo que trata da política urbana, estabelece, no artigo 182, a função social da propriedade urbana, além de conferir ao município a possibilidade de exigir do proprietário imobiliário o aproveitamento adequado da terra urbana, bem como fornecer instrumentos para coibição da retenção especulativa de terras:

Art. 182. [...]

^{§ 4.}º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública [...] (BRASIL, 1988).

Em 2001, este arcabouço jurídico foi ampliado com a aprovação do "Estatuto da Cidade" (Lei federal n° 10.257), que entre outros aspectos, regulamentou o IPTU progressivo no tempo e a desapropriação por interesse social, além da contribuição de melhoria, instrumento que possibilita à municipalidade requerer uma contrapartida financeira dos proprietários por eventual valorização de seus imóveis decorrente de investimentos públicos.

Apesar da existência desses instrumentos legais, a realidade observada no Brasil sinaliza que uma gestão socialmente mais equânime do uso e ocupação do espaço urbano, ainda está longe de ser a tendência da atuação do Estado em numerosas cidades. "Como expressão da luta de classes, o Estado pode intervir em diversos sentidos, favorecendo ou prejudicando determinados interesses. Tudo vai depender da correlação de forças presentes na sociedade" (MARICATO, 1997, p. 45). É por essa razão que, frequentemente, a ação estatal nas cidades privilegia interesses dos segmentos da classe dominante, ignorando demandas gerais da maioria da população e até mesmo determinações da própria legislação, contribuindo assim para a reprodução das atuais classes sociais e, em consequência, das desigualdades socioespaciais existentes.

O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA EM PONTA GROSSA

A URBANIZAÇÃO EM PONTA GROSSA: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O município de Ponta Grossa localiza-se na mesorregião Centrooriental do Paraná, e seu centro urbano está situado a 118 quilômetros da capital do estado (Figura 1).

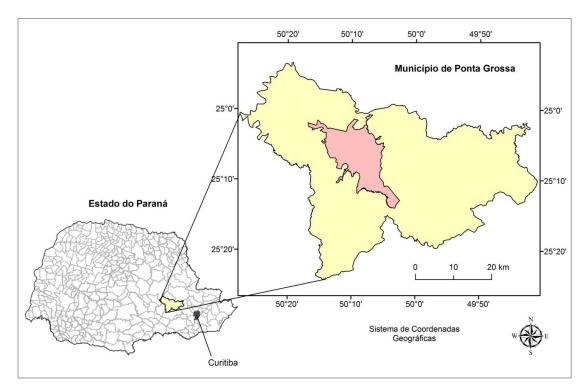


Figura 1: Localização do município e da área urbana de Ponta Grossa no estado do Paraná. Fonte: IBGE (Divisão municipal do Brasil, 2007); Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (perímetro urbano 2007).

A evolução histórico-geográfica da cidade de Ponta Grossa ocorreu em conformidade com sua trajetória econômica. A ocupação da região onde a cidade se estabeleceu, conhecida como região dos Campos Gerais do Paraná, se deu a partir do século XVIII, com a integração econômica da área ao movimento do tropeirismo³. Naquele momento, as condições climáticas e a vegetação típica do local, composta por gramíneas, permitiram a fixação da atividade criatória na região, e sua localização ao longo da rota das tropas proporcionava boas condições para o incremento do comércio entre compradores e criadores de gado (LAVALLE, 1974). Com isso, Ponta Grossa foi paulatinamente se transformando num centro polarizador de população, passando a atrair tanto pessoas que buscavam realizar investimentos de capital em propriedades, como populações sem recursos financeiros, que para aí se deslocavam à procura de emprego.

_

³ O Tropeirismo consistiu no transporte de muares de suas áreas de criação no Rio Grande do Sul, para serem comercializados na feira de muares que era realizada na cidade de Sorocaba (SP). Ao longo do caminho percorrido pelas tropas, surgiram diversos núcleos de povoamento, especialmente nos locais onde os tropeiros paravam para pernoitar e para fazer a engorda do gado.

www.geografia.ufpr.br/raega/ ISSN: 2177-2738

Ao longo do século XIX, o povoado foi crescendo e a economia local se desenvolvendo. Aos poucos o núcleo urbano foi se expandindo com a fixação de moradias e o estabelecimento de casas de comércio e de pequenas oficinas (GONÇALVES; PINTO, 1983). Entretanto, o núcleo urbano passa a crescer mais vigorosamente na segunda metade do século, com a decadência de importantes atividades primárias do município e do entorno, motivada por mudanças ocorridas no cenário político e econômico nacional. Tal processo envolveu principalmente a pequena agricultura, cuja oferta de mão de obra foi abalada pelo declínio do regime de escravatura (CHAMMA, 1988), e também a invernagem de gado, pois a expansão do sistema ferroviário, que passou a ocorrer na época, reduziu drasticamente a demanda por muares para o transporte de mercadorias (LÖWEN, 1990). Assim, diversos fazendeiros voltam-se para a cidade e investem seus capitais em outras atividades. Surgem, a partir de então, vários estabelecimentos comerciais e indústrias de beneficiamento de madeira e de erva-mate, firmando definitivamente as bases para a concentração de população na área urbana.

O crescimento da cidade se acelerou ainda mais na década de 1890 com sua articulação ao emergente sistema ferroviário nacional. A extensão da Ferrovia do Paraná até Ponta Grossa, ocorrida em 1894, e a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, iniciada em 1896, conferiram à cidade a posição de importante entroncamento ferroviário e de entreposto comercial sul brasileiro, ligando-a com os grandes centros urbanos do país e criando o sustentáculo de seu desenvolvimento das décadas seguintes (CHAVES et al., 2001). As ferrovias "aqueceram" a economia de Ponta Grossa ao ampliar as possibilidades de comércio dos produtos, o que permitiu uma ampliação tanto do setor secundário, quanto do terciário. Em tal contexto, o município continuou a atrair constantes fluxos populacionais para a sua área urbana, de modo que já no princípio do século XX, diferentemente da maior parte dos demais municípios paranaenses de porte semelhante, Ponta Grossa apresentava a maior parcela de sua população residindo na cidade e trabalhando em atividades eminentemente urbanas (PAULA, 1993).

Até a década de 1940, Ponta Grossa manteve o seu dinamismo econômico, bem como a atração de migrantes. Segundo Monastirsky (2001), a cidade, aproveitando-se da infraestrutura ferroviária disponível, manteve-se na condição de entreposto comercial e se desenvolveu favorecida pelas exportações de erva-mate (especialmente até o fim dos anos 1920) e de madeira (a partir da Primeira Guerra Mundial).

De 1940 em diante, o crescimento da população da cidade torna-se ainda mais intenso, contribuindo, em certa medida, para uma aceleração da expansão do tecido urbano. Examinando os dados da Tabela 1, pode-se constatar que a população total do município sofre um acréscimo expressivo no período de 1940 a 1960 (123%), saltando de 40.608 para 90.899 habitantes. Nesses vinte anos ocorre também um aumento sucessivo na participação percentual da população urbana, que passa de 74,4% para 86,4%. Já a população rural, no mesmo período, cresceu apenas 11,8%, mantendo-se, em valores absolutos, praticamente estável. De acordo com Löwen (1990), entre as causas desse crescimento generalizado, verificado não só em Ponta Grossa, mas em grande parte dos municípios paranaenses, estão o próprio crescimento natural e principalmente os movimentos migratórios para o Estado, ocorridos nestas duas décadas.

TABELA 1 - POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL, EM NÚMERO ABSOLUTO, CRESCIMENTO RELATIVO E TAXA DE URBANIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, NO PERÍODO DE 1920 A 2000

	População urbana		População rural		População total		Taxa de
Ano	Absoluta (a)	Crescimento relativo (%)	Absoluta	Crescimento relativo (%)	Absoluta (b)	Crescimento relativo (%)	urbanização (a/b*100)
10.10			44.004		40.000		_,,
1940	30.220		11.021		40.608		74,4
1950	43.486	43,9	11.757	6,7	55.243	36,0	78,7
1960	78.557	80,6	12.332	4,9	90.889	64,5	86,4
1970	113.074	43,9	13.866	12,4	126.940	39,7	89,1
1980	172.946	52,9	13.701	-1,2	186.647	47,0	92,7
1991	221.671	28,3	12.313	-10,1	233.984	25,3	94,7
2000	266.683	20,3	6.933	-43,7	273.616	16,9	97,5

Fonte: IBGE (Censos demográficos 1940-2000).

Dos anos 1960 em diante, o espaço urbano pontagrossense seguiu apresentando expressivo incremento demográfico, em oposição à zona rural do município, que passou a apresentar uma sucessiva redução de sua população em termos relativos e, a partir do decênio seguinte, também em números absolutos (vide Tabela 1). A dinâmica demográfica verificada a partir deste momento guarda uma relação bastante próxima com o grande crescimento industrial verificado no município a partir de meados desta década. Tal processo, que reflete a dinâmica de modernização produtiva introduzida pelos governos federal e estadual, afetaria a configuração espacial e a estrutura social da cidade.

A modernização da agricultura na região nucleada por Ponta Grossa, e no estado, desencadeou uma profunda transformação social no espaço rural, sobretudo nos anos 1970, dando origem a um maciço deslocamento populacional do campo para as cidades de porte mais elevado. Conforme análise de Moro (2000), a mecanização e o uso de insumos em larga escala, assim como os altos preços dos produtos de exportação, levaram à substituição gradativa das culturas tradicionais e de subsistência, fortes consumidoras de mão de obra (como era o caso do café, mais presente no norte do estado, bem como do arroz e do feijão, mais cultivados em Ponta Grossa), por culturas submetidas ao mercado externo, principalmente a soja, o milho e o trigo. Ademais, a partir de 1969, o poder público municipal passou a criar condições favoráveis à industrialização da cidade, como a concessão de incentivos fiscais, o provimento de infraestrutura, além da criação do Distrito Industrial de Ponta Grossa, no bairro Cará-Cará (PAULA, 1993). Com isso, diversas indústrias, tanto de capital nacional como estrangeiro (em sua maioria ligadas ao complexo agroindustrial da soja), instalaram-se na cidade, atraídas também pela localização acessível do município em relação a São Paulo e ao porto de Paranaguá.

A expansão do setor industrial, segundo Scheffer (2003, p. 42), "alterou o perfil da cidade na sua estrutura interna, com o investimento nas pavimentações asfálticas, construção de praças e melhorias da iluminação pública nos bairros", o que acabou influenciando a dinâmica de valorização da

terra na cidade e contribuindo para a intensificação da especulação imobiliária. Por outro lado, esta mesma industrialização, combinada com a modernização do setor agrícola no estado, modificou também o conteúdo social na cidade, pois atraiu volumosos contingentes de população empobrecida e de baixa qualificação profissional que, expulsos do campo pela agricultura modernizada, rumaram para a cidade em busca de trabalho e moradia (LÖWEN, 1990).

Nas décadas de 1980 e 1990, as constantes crises econômicas pelas quais passou o país frearam a industrialização e o desenvolvimento econômico de Ponta Grossa. As migrações de origem rural também diminuíram de intensidade. Mesmo assim, diante dos impactos ainda mais severos sofridos pelas economias de outras regiões do Paraná – em especial, por municípios vizinhos a Ponta Grossa e da Mesorregião Sudeste Paranaense –, a cidade passou a receber também migrantes de outras áreas urbanas do estado. Desse modo, ainda que em menor ritmo, a população urbana do município continuou crescendo (vide Tabela 1), tanto em números absolutos quanto em termos percentuais, atingindo, em 2007, a marca aproximada de 300 mil habitantes⁴.

Mesmo diante do cenário econômico recessivo vivido pelo município durante as décadas de 1980, 1990 e princípio da de 2000, houve importantes intervenções na organização do espaço urbano, como, por exemplo, melhorias no seu sistema viário com a pavimentação de ruas em áreas mais afastadas da porção central, melhorias nas rodovias de acesso à área urbana e a remoção da ferrovia das áreas centrais, o que facilitou a ampliação da malha urbana (CHAMMA, 1988; SCHEFFER, 2003).

Todos esses eventos, em suma, criaram ao longo do tempo as condições que incentivaram a expansão do espaço da cidade, formando uma demanda potencial de terras para consumo urbano. Entretanto, a incorporação de novas áreas urbanas e a sua efetiva ocupação são processos que andaram – e ainda andam – bastante afastados no espaço urbano pontagrossense.

-

⁴ Conforme estimativas do IBGE, em 2007 a taxa de urbanização do município de Ponta Grossa era de 97,9%, e sua população urbana de 299.918 habitantes.

www.geografia.ufpr.br/raega/ ISSN: 2177-2738

PONTA GROSSA: EXPANSÃO URBANA E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL

A evolução da expansão urbana em Ponta Grossa apresentou algumas etapas marcantes em seu decurso. A primeira delas, que durou até o final da década de 1910, se refere à ocupação urbana pioneira, período em que a área urbana pontagrossense se restringia ao atual centro urbano e sua expansão ocorria espontaneamente ao redor deste núcleo. Conforme Chaves et al. (2001, p. 18), até esta época o traçado das ruas era "definido por seu lugar de chegada e não por um planejamento do espaço urbano".

A partir da década de 1920, tem início um processo de expansão da área urbanizada guiado pela consolidação de uma lógica de organização e divisão do uso do espaço urbano, empreendida principalmente pelo setor privado. O arruamento passou a ser traçado simetricamente, ao mesmo tempo em que se estabeleceu uma primeira estrutura socioespacial para o espaço urbano, com a definição mais precisa da "função social e produtiva dos espaços da cidade: os lugares de morar e trabalhar, os espaços de lazer e de produção" (CHAVES et al., 2001, p. 30).

Ainda nos anos 1920, a cidade começou a se expandir radialmente, acompanhando os principais divisores topográficos. Destaca-se no período a produção de importantes loteamentos nas direções sul (bairro Oficinas) e leste (bairro Uvaranas), ao longo da estrada de ferro que, à época, cruzava a área central da cidade (LÖWEN SAHR, 2001). Nos vinte anos seguintes, ao mesmo tempo em que o centro urbano se consolidou como local de moradia das classes de renda mais alta, dotado de praticamente toda a infraestrutura necessária (pavimentação, telefone etc.) e dos melhores serviços da cidade (CHAMMA, 1988; CHAVES et al., 2001), a periferia expandiu-se com o aumento da implantação de novos loteamentos, sobretudo nas direções leste, norte e noroeste (LÖWEN SAHR, 2001).

As décadas de 1950 a 1970 constituem-se num marco importante na história da expansão urbana em Ponta Grossa. Este período se caracteriza por uma veloz ampliação do tecido urbano, até então sem precedentes na história

da cidade, revelando o forte processo de especulação fundiária em vigor. A periferia urbana foi significativamente estendida com a produção de numerosos loteamentos longínquos, alguns deles, inclusive, separados da malha urbana contínua por enormes glebas de terras não loteadas.

Conforme levantamento realizado por Paula (1993, p. 92), "Até o final da década de 30 em Ponta Grossa, assim como em qualquer outra cidade do Brasil, o processo de ocupação do espaço era feito sem qualquer controle", já que o primeiro instrumento legal que apresentava disposições sobre o parcelamento da terra para fins urbanos – o decreto-lei federal nº 58, que regulamentava os loteamentos além de sua compra e venda - foi criado somente em 1937, e ainda assim, como o mesmo não previa punições para quem o desrespeitasse, praticamente não surtiu nenhum efeito prático na regulação da expansão urbana. Por outro lado, na medida em que a cidade foi crescendo e se desenvolvendo, foi elevando-se igualmente o interesse de diversos proprietários de áreas situadas no entorno da mesma em converter o uso de suas terras de rural para urbano, visando ampliar seus lucros. Por isso, no contexto da inexistência de uma legislação mais rigorosa quanto ao parcelamento urbano da terra, aliada a pressões exercidas por proprietários fundiários, passa a ocorrer em Ponta Grossa uma expansão rápida e contínua do tecido urbano, viabilizada pela ação do poder público municipal através de sucessivas ampliações do perímetro urbano e da aprovação, em poucos anos, de dezenas de novos loteamentos.

Pode-se ter uma clara noção desta expansão urbana especulativa comparando-se a evolução do crescimento do perímetro urbano, com as direções de expansão da área urbanizada e, principalmente, com os totais de áreas efetivamente ocupadas. Em relação ao perímetro urbano, as alterações empreendidas nos seus limites a partir de 1950 foram sempre no sentido de expandi-lo, sendo que as maiores ampliações, em termos relativos, ocorreram justamente entre as décadas de 1950 e 1970 (Tabela 2)⁵.

_

⁵ Comparando-se as leis municipais nº 4.857/1.992 e 9.055/2007, que definem os perímetros urbanos medidos respectivamente em 2000 e 2008, observa-se que a pequena redução do perímetro urbano registrada na comparação entre estes dois anos (vide Tabela 2) se deve, a rigor, muito mais a adaptações feitas no limite mais recente (com a definição, inclusive, de pontos identificados por coordenadas UTM), do que pela efetiva exclusão de parcelas de terra do perímetro urbano vigente até então.

TABELA 2 - ÁREA DOS PERÍMETROS URBANOS E CRESCIMENTO RELATIVO EM PONTA GROSSA, DE 1940 A 2007

Ano	Área (km²)	Crescimento relativo (%)		
1940	25,9			
1950	22,4	-13,5		
1960	50,3	124,5		
1970	90,2	79,3		
1980	149,3	65,5		
1990	150,3	0,6		
2000	200,3	33,3		
2008	199,3	-0,5		

Fontes: 1940 a 1990: Paula (1993); 2000: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, citado por Scheffer (2003); 2008: calculado pelos autores a partir dos limites do perímetro urbano atual (lei municipal nº 9.055/2007).

A expansão do perímetro urbano se processou acompanhando grandes vias de deslocamento rodoviário, principalmente na direção sudeste da área central, local onde está situado o Distrito Industrial de Ponta Grossa. Por sua vez, o crescimento da área urbanizada ocorreu preferencialmente nestas mesmas direções, mas em intensidades bastante distintas no tempo e no espaço, de modo que atualmente ainda existem áreas não parceladas dentro do perímetro urbano. As maiores situam-se a sudeste, noroeste e oeste do centro urbano, as quais abrigam atividades de cultivo e de pecuária extensiva (Figura 2).

Até 1960 a área urbanizada restringia-se às áreas centrais e a quatro eixos de ocupação ao longo das avenidas Dom Pedro II, Monteiro Lobato, Carlos Cavalcanti e Visconde de Mauá (Figura 2). A partir daquele momento, observa-se um processo de espraiamento da ocupação urbana que, até o final dos anos 1970, foi impulsionado principalmente pela implantação de loteamentos periféricos, isolados uns dos outros. Nas décadas de 1980 e 1990, após seguidas alterações no perímetro urbano e o loteamento de novas áreas, seque-se uma expressiva expansão da área urbanizada em praticamente todas

⁶ Para efeito de mapeamento e análise, foram consideradas como áreas urbanizadas as terras nas quais são identificadas formas espaciais tipicamente urbanas, tais como arruamentos, edificações ou outras construções, ou onde são identificados usos tipicamente urbanos, como parques e chácaras de lazer. Lotes sem construções e os chamados "vazios urbanos", glebas localizadas entre as formas urbanas e mantidas desocupadas, foram incluídos no cômputo das áreas urbanizadas, independentemente do tipo de uso da terra praticado nas mesmas.

as direções, com a urbanização de terras situadas entre terrenos periféricos já parcelados. Tal processo, no entanto, melhorou a localização de outras glebas situadas nos interstícios dos loteamentos, as quais, em processo de valorização, foram mantidas em situação de "pousio social".

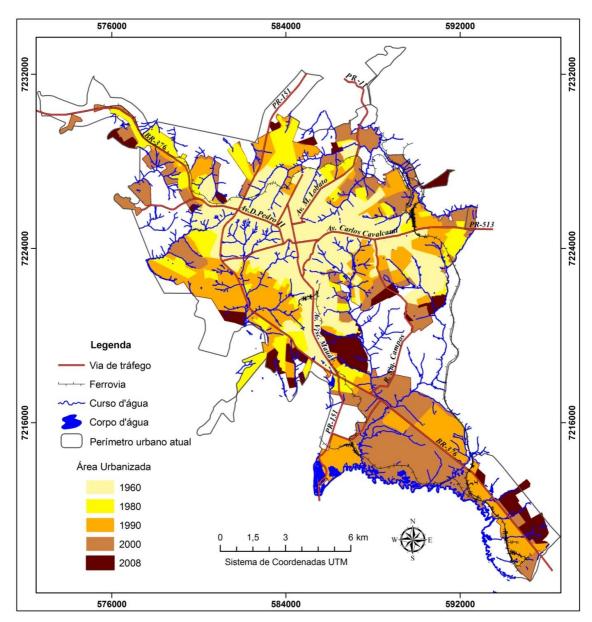


Figura 1: Evolução da área urbanizada em Ponta Grossa no período de 1960 a 2008. Fontes:

1960/1980 – Interpretação de fotografias aéreas (escalas 1:70.000 e 1:25.000, respectivamente);

1990 – Interpretação de imagens do satélite Landsat 5 (resolução espacial de 30 metros);

2000 – Interpretação de imagens do satélite Landsat 7 (resolução espacial de 30 metros);

2008 – Interpretação de imagens do satélite CBERS 2B, sensor CCD (resolução espacial de 20 metros).

De outra parte, a destacada expansão da área urbanizada no sentido sudeste é particularmente explicada pela densificação da ocupação na área do Distrito Industrial ao longo da Rodovia BR-376. Apesar da instalação de novas unidades industriais, também nesta porção da cidade existem vastas áreas sem ocupação urbana. Chama a atenção, ainda, ao comparar-se a área urbanizada em 2008 com o atual perímetro urbano (definido em 2007 pela lei municipal nº 9.055), a presença de uma enorme área situada na porção oriental do mesmo (ao longo da Rua Siqueira Campos e a oeste da estrada de ferro) onde não há qualquer uso urbano (vide Figura 2). É bastante provável que tais terras estejam entre as próximas a serem parceladas e anexadas ao total urbanizado do município, retroalimentando a especulação fundiária urbana.

Ao analisar-se a evolução da ocupação das áreas urbanizadas, podese verificar com ainda mais clareza a dinâmica especulativa da expansão urbana pontagrossense, revelada sobremaneira pelos baixos percentuais de construções nos terrenos. Em 1960, de toda a área urbanizada do município, que perfazia um total de 43,06 km², em apenas 29,4% das terras havia algum tipo de edificação (residencial, comercial, de prestação de serviços etc.), ao passo que 60,12% eram compostas por glebas e lotes desocupados (Tabela 3).

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (%) DOS PRINCIPAIS TIPOS DE OCUPAÇÃO DA TERRA NA ÁREA URBANIZADA DE PONTA GROSSA (1960, 1980 E 2004)

Tipo do coupção	Anos			
Tipo de ocupação	1960	1980	2004	
Edificações	29,44	49,74	51,78	
Lotes e glebas desocupadas	60,12	44,07	17,01	
Chácaras	2,03	2,42	19,98	
Mata	6,74	3,03	5,04	
Outros	1,67	0,74	6,19	
Total	100,00	100,00	100,00	

Fontes: Interpretação de fotografias aéreas (1960/1980) e imagem de satélite Ikonos (2004); Pesquisa de campo (2004).

Como se pode observar no mapa a seguir (Figura 3), em 1960 a ocupação do espaço urbano se dava mais efetivamente ao longo das grandes avenidas situadas nos divisores de águas, nos sentidos noroeste, leste e sul da

cidade, além do centro principal. De outra parte, havia inúmeras áreas desocupadas ao longo dos demais eixos de expansão da malha urbana e na maior parte das áreas periféricas, com diversos loteamentos separados da malha urbana contínua por faixas de terras não urbanizadas. Como já foi dito, este padrão de expansão urbana pode conferir lucros aos especuladores tanto por meio da valorização, via investimentos públicos, das terras ociosas mais centrais, como também com a venda de lotes na periferia distante.

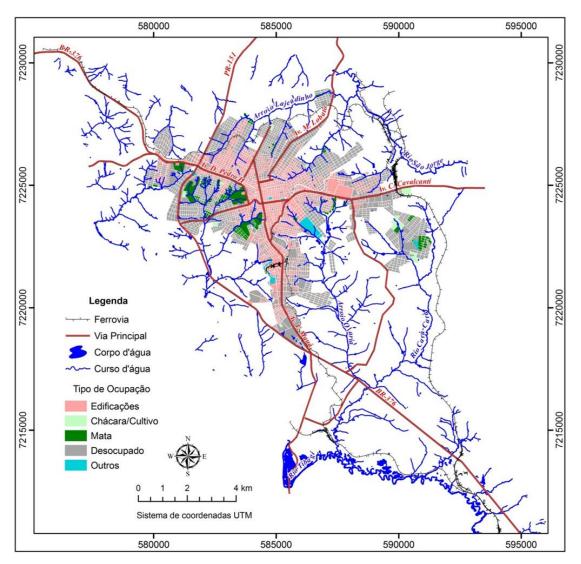


Figura 3: Tipos de ocupação da terra na área urbanizada de Ponta Grossa em 1960. Fontes: Interpretação de fotografias aéreas, escala 1:70.000; Base Cartográfica Municipal adaptada (Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 2001).

De acordo com Paula (1993, p. 92), a partir da década de 1970, a conversão da terra para fins de urbanização em Ponta Grossa passou a ser

www.geografia.ufpr.br/raega/ ISSN: 2177-2738

regulada por uma legislação específica e mais rígida. Ainda em 1967 foi criado o decreto-lei federal nº 271, que "tornou mais ativo o papel do município na aprovação ou recusa de projetos de loteamentos em função de seus interesses". Posteriormente, com a criação das leis municipais nº 2.018 de 1968, nº 2.839 de 1976 e, mais recentemente a nº 4.840 de 1992, foram ampliadas as exigências para a aprovação de loteamentos, sobretudo em relação à dotação de infraestrutura. A ocupação do espaço passou também a ter que se adequar a uma série de normas de zoneamento, definidas pelas leis municipais n° 2.016 de 1968, n° 2.840 de 1976 e n° 4.856 de 1992. Este arcabouço jurídico contribuiu para minimizar um pouco o crescimento horizontal da cidade e a criação de vazios urbanos. Segundo Löwen Sahr (2001), durante as décadas de 1970 e 1980, além da implantação de novos loteamentos, o crescimento urbano de Ponta Grossa ocorreu também por meio da construção de diversos conjuntos habitacionais pelo Estado, o que ajudou a densificar a ocupação da periferia. O crescimento vertical da cidade também se acelera nesse período, com a produção de edifícios especialmente na área central e nas proximidades desta, acompanhando as principais vias de ligação às porções sul e oeste do espaço urbano (LOWEN SAHR, 2000).

Não obstante estas mudanças, a especulação fundiária seguiu sendo uma condicionante fundamental do processo de expansão urbana. Em 1980, a área urbanizada do município aumentara em 40,7% em relação a 1960, totalizando 60,55 km², e os percentuais de áreas com edificações e desocupadas somavam respectivamente 49,74% e 44,07%, revelando um espaço urbano mais densamente ocupado, mas ainda com inúmeros vazios em sua periferia (vide Tabela 3). A ocupação por edificações avançou sobre as áreas periféricas predominantemente desocupadas vinte anos antes. Em contrapartida, houve também um prolongamento da malha urbana em vários eixos, sobretudo nas porções noroeste, norte e nordeste da cidade, bem como a criação de outros loteamentos isolados a oeste, sudoeste e leste do centro principal. Estas novas áreas periféricas, no entanto, ainda permaneciam fracamente ocupadas (Figura 4).

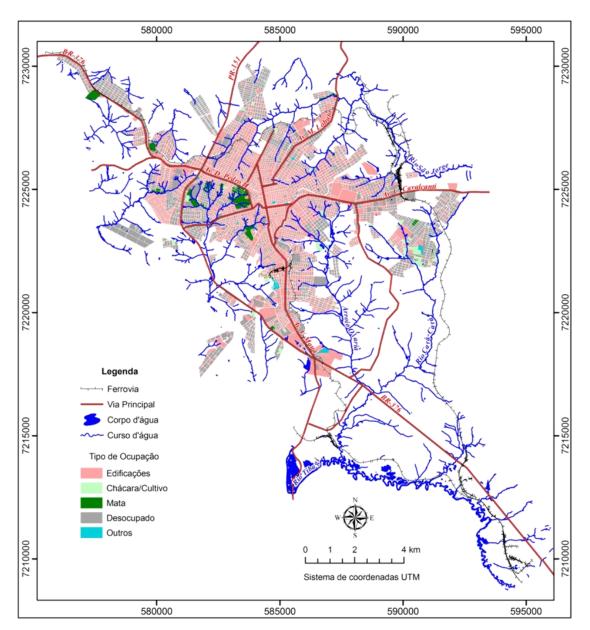


Figura 4: Tipos de ocupação da terra na área urbanizada de Ponta Grossa em 1980. Fontes: Interpretação de fotografias aéreas, escala 1:25.000; Base Cartográfica Municipal adaptada (Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 2001).

Em 2004, a taxa de ocupação por edificações (51,78%) pouco diferia da registrada em 1980, ao passo que as áreas desocupadas, que respondiam "apenas" por 17% das terras urbanizadas, contrastavam com a presença de várias áreas com tipos de uso da terra caracteristicamente rural, como chácaras (de recreação ou de cultivo agrícola) e algumas áreas com reflorestamento (incluídas nos mapas na categoria "outros"), que juntas totalizavam 20% de toda a área urbanizada (vide Tabela 3). Diminuiu, portanto, a implantação de loteamentos periféricos, mas manteve-se uma elevada

concentração de glebas dentro do perímetro urbano e da área urbanizada (Figura 5). Tal prática, comum em diversos municípios brasileiros, seguramente é mais uma manifestação clara do "velho" processo de especulação fundiária que permeou o processo de expansão urbana de Ponta Grossa na segunda metade do século XX, apenas cristalizado em outras formas espaciais.

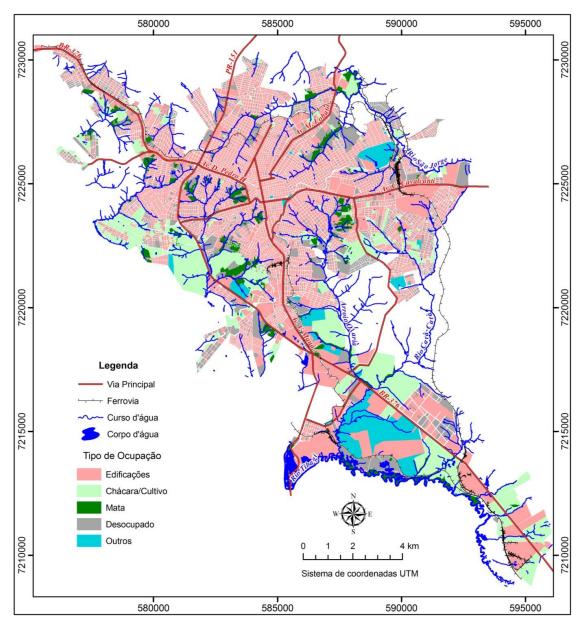


Figura 5: Tipos de ocupação da terra na área urbanizada de Ponta Grossa em 2004. Fontes: Interpretação de imagens do satélite Ikonos, resolução espacial de 1 metro; pesquisa de campo (2004); Base Cartográfica Municipal adaptada (Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 2001).

A dinâmica de expansão urbana instaurada em Ponta Grossa, regida em grande parte por interesses econômicos de proprietários fundiários e do capital financeiro-imobiliário, afetou a estrutura socioespacial da cidade ao acentuar a tendência de segregação entre as camadas sociais e contribuir para a precarização das condições de vida de parcela crescente da população urbana. Em primeiro lugar, o padrão espraiado de crescimento da cidade, conformado pela expansão "tentacular" da área urbanizada ao longo de grandes vias de tráfego e pela manutenção de inúmeros vazios urbanos, produziu grandes distâncias entre as zonas residenciais situadas na periferia e as principais áreas de empregos (presentes principalmente no Centro e, em menor quantidade, no subcentro do bairro Nova Rússia e no Distrito Industrial) e de consumo (concentradas na porção central da cidade), aumentando os gastos de tempo e dinheiro com transporte. Além disso, como bem relata Scheffer (2003), historicamente o espraiamento da área urbanizada tem encarecido a implantação de elementos de infraestrutura pelo poder público, comprometendo as condições de vida em tais localizações.

A realidade observada em Ponta Grossa, apreendida a partir das entrevistas realizadas, revela ainda que a forte especulação fundiária tem elevado consideravelmente os preços da terra urbana no mercado imobiliário, limitando o acesso por parte dos segmentos populacionais de menor poder aquisitivo. E na medida em que as classes de renda mais elevada escolhem os seus locais de residência na cidade, acabam atraindo para tais áreas e suas imediações um volume expressivo de investimentos, boa parte destes direcionada pelo poder público para a melhoria do sistema viário, o que propicia uma maior valorização destas áreas e fortalece a especulação nos locais próximos ainda não ocupados.

Concomitante a esse processo de expansão urbana especulativa e de valorização fundiária e imobiliária, verificou-se uma insuficiente atuação do Estado na promoção de programas de moradia popular (conjuntos residenciais e loteamentos), principalmente depois da dissolução do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1986, tornando ainda mais difícil o acesso à terra e à moradia digna às populações de baixa renda (SILVEIRA, 2002; SCHEFFER, 2003). Neste contexto, os contingentes populacionais empobrecidos, que se avolumaram a partir da década de 1970 com o avanço das correntes

migratórias em direção à cidade, foram sendo cada vez mais "empurrados" para as localizações mais desvantajosas do espaço urbano: carentes de infraestrutura (principalmente de rede geral de esgoto, pavimentação viária, calçadas e galerias pluviais) e de serviços importantes como transporte coletivo, unidades básicas de saúde, escolas e creches, e, em sua maioria, afastadas da área central, seja em razão da grande distância física em relação a este, seja pelas más condições de acessibilidade derivadas de deficiências das vias de circulação e/ou do serviço de transporte coletivo.

Uma mostra da disparidade social na ocupação do espaço urbano é dada pela distribuição espacial dos grupos de renda. Examinando a Figura 6, pode-se observar que as camadas de renda mais elevada, representadas pelos chefes de família com rendimento a partir de dez salários mínimos, residem predominantemente no centro da cidade e nas proximidades dele, com destaque para um grande eixo de concentração dessas classes que vai desde os bairros Órfãs e Jardim Carvalho até o bairro Estrela, passando pela área central. Vale salientar que praticamente todas as áreas residenciais das populações mais abastadas acompanham algumas das principais vias de deslocamento no e em direção ao centro da cidade. Como afirma Villaça (1998), tal padrão de organização espacial é uma tendência comum das burguesias e resulta do interesse dessas classes em poder sempre otimizar as suas condições de deslocamento em direção aos seus principais locais de trabalho, lazer e consumo, que em Ponta Grossa aparecem ainda bastante concentrados na área central e em suas imediações.

Já a Figura 7 permite observar que as maiores concentrações de famílias empobrecidas (no caso, chefiadas por pessoas com rendimento não superior a dois salários mínimos) ocorrem na periferia urbana em quase toda sua totalidade. Há também locais de forte concentração de pobreza em locais próximos a áreas de concentração de populações de alta renda, caso de favelas situadas nos bairros Estrela e Uvaranas.

www.geografia.ufpr.br/raega/ ISSN: 2177-2738

Finalmente, é importante destacar o expressivo crescimento desta modalidade de ocupação residencial da terra urbana, a favela⁷, nas últimas décadas em Ponta Grossa. Dados da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa mostram que o percentual da população urbana residindo em favelas, que em 1960 era de 0,8%, aumentou em ritmo acelerado a partir de então, atingindo 6,3% em 1980, 13,9% em 1991 e 17,2% em 2006, ano em que os moradores favelados já somavam aproximadamente 51.850 pessoas, distribuídos em 136 pontos de ocupação. Além do crescimento urbano especulativo, das migrações e da falta de políticas de moradia popular, outros fatores contribuíram para este processo de favelização, como o próprio empobrecimento da população nos períodos de estagnação econômica, o aumento da resistência popular contra despejos e remoções das famílias para outras áreas, bem como a fraca atuação do poder público municipal na promoção de políticas de regularização fundiária e urbanização de favelas (LÖWEN, 1990; SILVEIRA, 2002).

_

⁷ Favela é aqui considerada como uma área ocupada diretamente pela população, em geral apresentando precárias condições de moradia, e tendo como condição *sine qua non* a situação irregular da propriedade jurídica da terra ocupada.

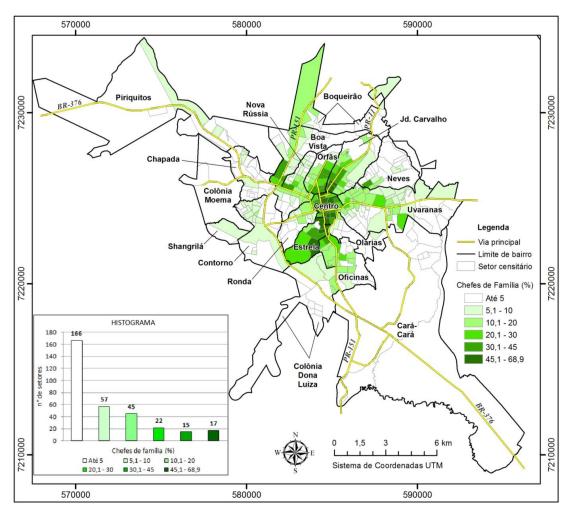


Figura 6: Percentual de chefes de família com rendimento igual ou superior a dez salários mínimos – setores censitários urbanos de Ponta Grossa (2000).

Fontes: IBGE (Censo demográfico 2000); Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (base cartográfica municipal adaptada, 2001).

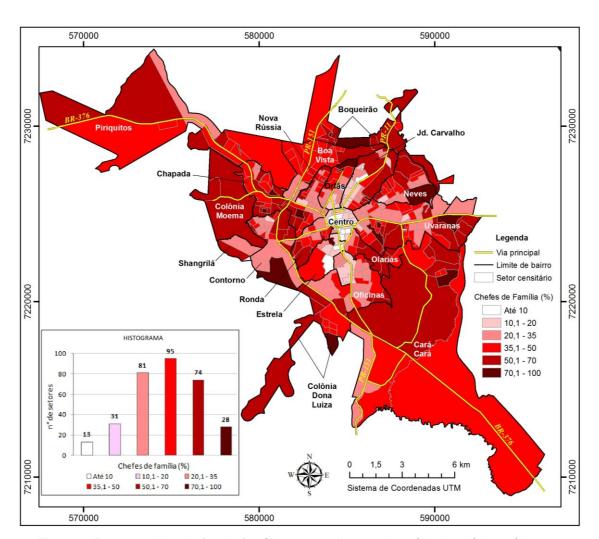


Figura 7: Percentual de chefes de família com rendimento de até dois salários mínimos – setores censitários urbanos de Ponta Grossa (2000).

Fontes: IBGE (Censo demográfico 2000); Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (base cartográfica municipal adaptada, 2001).

Atualmente as favelas estão distribuídas em praticamente todo o espaço urbano pontagrossense, instaladas, em sua maioria, nas áreas mais impróprias à função de moradia: ao lado de ferrovias, em terras sob redes de alta tensão elétrica, em encostas com declividade topográfica acentuada e, principalmente, às margens dos inúmeros cursos d'água que atravessam a área urbana (Figura 8).

A presença deste tipo de moradia, principalmente em elevada e crescente quantidade, é um dos mais fortes indicadores de segregação e exclusão social no espaço urbano, revelando a precarização das condições de vida da população ocorrida no âmbito da expansão urbana de Ponta Grossa, processo este expresso tanto pelas más condições sanitárias e pelos riscos de

acidentes oferecidos pelas condições de ocupação, como também pelas dificuldades advindas dos baixos rendimentos econômicos e dos estigmas e preconceitos que frequentemente atingem o dia-a-dia dessas famílias (MATIAS; NASCIMENTO, 2006).

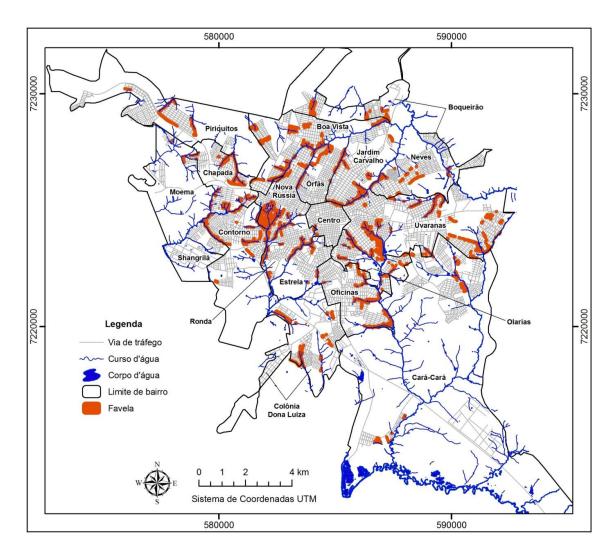


Figura 8: Localização das favelas na área urbana de Ponta Grossa (2006). Fontes: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (levantamento de ocupações irregulares, 2006; base cartográfica municipal adaptada, 2001); interpretação de imagens do satélite Ikonos (resolução espacial de 1 metro).

PALAVRAS FINAIS

O objetivo central deste ensaio consistiu em realizar, ainda que de modo introdutório, uma análise do processo de expansão urbana em Ponta Grossa, apresentando suas principais condicionantes histórico-geográficas, assim como as suas mais importantes implicações sobre a estrutura socioespacial verificada atualmente na cidade.

Ficou claro que o crescimento horizontal da cidade apresentou uma dinâmica bastante intensa, induzido pela ampliação do perímetro urbano municipal e concretizado na forma de implantação de loteamentos, incorporação de áreas de chácaras e manutenção de diversos vazios urbanos. De modo que a ampliação da anexação de áreas ao tecido urbano não tem representado, na mesma proporção, a garantia do acesso à terra para a população urbana. Inversamente, observa-se um cenário de desigualdade socioespacial, expresso na concentração de classes de alta renda em localizações privilegiadas no contexto da cidade, paralela à "periferização" de populações empobrecidas em loteamentos carentes em infraestrutura e serviços básicos, bem como ao aumento das submoradias em áreas de risco, notadamente em favelas. Esta disparidade social no uso do espaço urbano, que, ao que tudo indica, parece estar se aprofundando, é uma clara evidência de que no processo de expansão urbana pontagrossense, o princípio da "função social da propriedade" do solo urbano, descrito na Constituição Federal de 1988 e presente também nos planos diretores de Ponta Grossa de 1992 e 2006, ainda vem sendo suprimido pelo uso especulativo do solo, num processo de priorização da realização do valor de troca da terra, em detrimento de seu uso social.

O reconhecimento deste modo de produção do espaço urbano nos coloca a importância da realização de estudos específicos, com vistas a desvelar, nos diferentes momentos históricos, a complexidade das ações empreendidas pelo Estado e pelo setor privado (em especial os proprietários de terras periurbanas) para a realização de interesses particulares por meio da incorporação de novas áreas à cidade e seu respectivo parcelamento. Assim

como a atuação reivindicatória de organizações não governamentais e movimentos populares organizados em favor de melhorias das condições de moradia e de vida.

De qualquer modo, em que pese o comum enviesamento de diversas ações do poder público para atender a interesses das elites, é inegável a importância da realização de uma gestão do uso do espaço urbano que priorize a justiça social. E neste viés, um problema crucial a ser combatido é a valorização especulativa do espaço. O enfrentamento desta questão parece ser, no caso de Ponta Grossa, indispensável para assegurar uma ampliação do direito à terra e à cidade a uma parcela mais ampla da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível na internet em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/
CON1988.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2010.

CAMPOS FILHO, C. M. Cidades brasileiras: seu controle ou o caos. São Paulo: Nobel, 1989.

CHAMMA, G. V. F. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa: PMPG, SMEC, 1988.

CHAVES, N. B. et al. Visões de Ponta Grossa. Ponta Grossa: EdUEPG, 2001.

CLAWSON, M. Urban sprawl and speculation in urban land. In: PUTNAM, R. G.; TAYLOR, F. J.; KETTLE, P. G. (Eds.). **A Geography of urban places**. Toronto: Methuen, 1970. p. 313-324.

CORRÊA, R. L. A periferia urbana. **Geosul**, Florianópolis, n. 2, p. 70-78, 1986. _____. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

GONÇALVES, M. A. C.; PINTO, E. A. **Ponta Grossa: um século de vida** (1823-1923). Ponta Grossa: UEPG, 1983.

HARVEY, D. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

LAVALLE, A. M. **Análise quantitativa das tropas passadas no Rio Negro (1830-1854)**. Curitiba, 1974, 180 f. Tese (Livre-docência em História), Universidade Federal do Paraná.

LÓWEN, C. L. **Favelas: um aspecto da expansão urbana de Ponta Grossa** – **PR**. Rio Claro, 1990, 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Campus Rio Claro.

LÖWEN SAHR, C. L. Dimensões de análise da verticalização: exemplos da cidade média de Ponta Grossa/PR. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 9-36, 2000.

_____. Estrutura interna e dinâmica social na cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M; LÖWEN SAHR, C. L. (Orgs.). **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa, EdUEPG, 2001. p. 13-36.

MARICATO, E. Habitação e cidade. São Paulo: Atual, 1997.

MATIAS, L. F.; NASCIMENTO, E. Geoprocessamento aplicado ao mapeamento das áreas de ocupação irregular na cidade de Ponta Grossa (PR). **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 2, p. 317-330, mai.-ago., 2006.

MAUTNER, Y. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999, p. 245-259.

MONASTIRSKY, L. B. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M; LÖWEN SAHR, C. L. (Orgs.). **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa, EdUEPG, 2001. p. 37-51.

MORO, D. Á. A modernização da agricultura paranaense. In: VILLALOBOS, J. U. G. (Org.). **Geografia social e agricultura**. Maringá: UEM, 2000. p. 27-60.

MOURA, R.; ULTRAMARI, C. **O que é periferia urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PAULA, J. C. M. de. População, poder local e qualidade de vida no contexto urbano de Ponta Grossa – PR. Rio Claro, 1993, 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Campus Rio Claro.

RIBEIRO, L. C. de Q. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1997.

SCHEFFER, S. M. Espaço urbano e política habitacional: uma análise sobre o programa de lotes urbanizados da PROLAR - Ponta Grossa, PR. Ponta Grossa, 2003, 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

SILVEIRA, G. T. As associações de mutuários e moradores em terrenos irregulares de Ponta Grossa: uma experiência de participação popular (1993-2000). Ponta Grossa, 2002, 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. p. 21-36.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 1998.